

**ATA N.º 5 - 2014**

**Assunto: Quinta reunião plenária do Conselho Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa**

No dia 11 de Junho de 2014, reuniu, pelas 10.00 horas, o Conselho Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. A reunião foi presidida pelo Diretor da Faculdade, Professor Doutor Jorge Duarte Pinheiro, tendo estando presentes os seguintes membros do Conselho Académico (CA):

**Membros docentes:**

Professor Doutor João Pedro Oliveira Miranda  
Professor Doutor Nuno Filipe Abrantes Leal Cunha Rodrigues  
Professora Doutora Maria Paula Reis Vaz Freire  
Professor Doutor Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde

**Membros não docentes:**

D.ª Conceição Feiteiro

**Membros Discentes:**

Senhor André Pinto  
Senhor Igor Amarii (que substituiu o Senhor Ednilson dos Santos, que não pôde comparecer)  
D.ª Graça Silveira  
Senhor José Miguel Antunes Martins Vitorino

O Dr. Miguel Martins faltou, tendo justificado antecipadamente a sua ausência.  
Também participou na reunião a Chefe de Gabinete do Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Dr.ª Heloísa Duarte Oliveira, tendo ainda estado presentes, nos termos estatutariamente previstos, sem direito de voto, a Diretora Executiva da Faculdade,



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

F. Alves  
JDP

Dr. <sup>a</sup> Ana Paula Carreira e o Senhor Pedro Gonçalves, Presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.

A reunião, regularmente convocada pelo Diretor da Faculdade, obedeceu à seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Aprovação da Ata da reunião anterior;
- 2) Resultados preliminares da Avaliação Externa;
- 3) Regulamento das Unidades Administrativas de Gestão;
- 4) Tabela de Emolumentos;
- 5) Centro de Apoio ao Estudante;
- 6) Outros assuntos.

### **1) Aprovação da Ata da reunião anterior**

Aberta a sessão, foi posta à votação a Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada com a abstenção do Conselheiro Igor Amarii, em virtude de não ter estado presente na reunião anterior.

A Conselheira Conceição Feiteiro solicitou que os Projetos das Atas fossem distribuídos com maior antecedência, para que se dispusesse de mais tempo para apresentar eventuais propostas de alteração.

### **2) Resultados preliminares da Avaliação Externa**

O Diretor forneceu ao Conselho Académico os dados fundamentais do relatório oral apresentado em 4 de junho de 2014, pela Comissão de Avaliação Externa (CAE) composta pelos Professores Doutores Anabela Rodrigues, Universidade de Coimbra (Presidente), Rui Pinto Duarte, Universidade Nova de Lisboa, Mário Ferreira Monte, Universidade do Minho, Andreu Olesti Rayo, Universidade de Barcelona e pelo estudante Pedro Pinheiro (avaliação do 1º ciclo).

A apreciação global revelou-se “Mais do que francamente positiva; enfaticamente positiva”, tratando-se de uma grande instituição nacional de ensino do Direito, que evidencia a capacidade de se pensar a si própria e incorporar a mudança.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

R. Atíde  
JDP

A Comissão destacou os seguintes aspetos gerais positivos:

- Corpo docente de altíssima qualidade e reconhecimento nacional e internacional;
- Forte investimento da Faculdade na qualificação do corpo docente;
- Excelente produção científica;
- Muito positivo o reconhecimento dos graduados pelo mercado de trabalho;
- Excelentes instalações;
- Atividade dos Institutos da Faculdade, Institutos autónomos e Centro de Excelência. Grande visibilidade desta atividade, sendo patente a sua função de dinamização da Faculdade, desenvolvendo uma atividade muito relevante, designadamente, pela abertura à comunidade e a todos os alunos;
- Muito positiva a participação dos alunos nos órgãos colegiais de governo, sendo perceptível o atual esforço em a organizar de forma mais eficiente;
- Muito positiva a internacionalização, demonstrada pela deslocação de docentes da FD e pela deslocação e permanência de docentes estrangeiros. A realidade espelha a efetiva concretização da aposta na internacionalização.

Como aspetos a melhorar, foram salientados os seguintes:

- Individualismo no trabalho de investigação (reconhecido pela FD como aspecto a merecer atenção, o que testemunha a capacidade de reflexão e mudança da instituição);
- Definição mais precisa de linhas de investigação (perspectiva-se que possa ser melhorada pela incorporação e articulação desta atividade nos centros de investigação);
- Funcionamento da biblioteca: queixas de alunos relativas a aspectos de organização, meios disponíveis (maior acesso a bases de dados) e horários de funcionamento; maior número de gabinetes para investigação (apesar de se reconhecer que se trata de uma estrutura de grande valia);
- Pouca mobilidade de estudantes; baixo número de alunos *outgoing* (Erasmus);
- Pouca participação nos processos de avaliação interna; pouca discussão e reflexão sobre os resultados obtidos em processos avaliativos
- Reforço da divulgação da produção científica, sugerindo-se a disponibilização *online* das teses de mestrado, dos cursos em avaliação;
- A dilação temporal entre a entrega de teses e a respetiva discussão pública;



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

R. Vitor  
JDP

- O limitado número de funcionários do quadro de pessoal não docente, evidenciando-se o seu esforço dedicado mas, simultaneamente, a necessidade de aumentar a respectiva formação.

No tocante ao **1º ciclo**, foi realçada como traço positivo a iniciativa de repensar o plano de estudos e de incorporar unidades curriculares lecionadas em inglês e como muito positiva a leção do curso noturno.

Como aspetos negativos, sublinhou-se a condensação e repartição do anterior plano de estudos em função da semestralização e adequação a Bolonha, ao invés da respectiva reformulação, o facto de todas as unidades curriculares terem igual número de créditos (ECTS) e a elevada taxa de abandono.

No respeitante ao **2º ciclo**, frisou-se como aspeto positivo o **funcionamento assente na opção de horário pós-laboral em que é replicado o modelo do 1º ciclo** e como aspeto negativo a sua transformação em curso de especialização, dado que uma significativa parte dos estudantes apenas conclui a parte escolar.

No concernente ao **3º ciclo**, foram destacados os seguintes traços positivos:

- Forte pendor de internacionalização;
- Muito positiva a abertura do curso de doutoramento ao Brasil e a África;
- Alunos muito integrados na investigação, os quais beneficiam de um excelente ambiente de formação, nomeadamente, pelo formato de Seminários;
- Regista-se uma tendência positiva para a progressiva integração em linhas de investigação.

Identificou-se como aspeto a melhorar, a definição – por via de uma reflexão conjunta – de parâmetros comuns aplicáveis à orientação de doutoramentos, de modo a reforçar o permanente e efetivo acompanhamento dos doutorandos.

Terminada a exposição, o Conselheiro José Vitorino pediu esclarecimentos, que foram prestados pelo Diretor, sobre se tinha sido abordado o funcionamento dos serviços da Faculdade, em particular, da Secretária e da Tesouraria.

A Conselheira Paula Vaz Freire esclareceu que não se tratou em rigor de uma avaliação

institucional mas fundamentalmente centrada no funcionamento pedagógico e científico da FDL, aproveitando ainda para endereçar os seus agradecimentos a todas as pessoas da Faculdade que se envolveram nos trabalhos de avaliação.

### **3) Regulamento das Unidades Administrativas e de Gestão**

A Diretora Executiva da Faculdade, Dr. <sup>a</sup> Ana Paula Carreira, informou que foram consideradas as propostas de alteração do Regulamento apresentadas na anterior reunião do Conselho Académico, distribuindo, em seguida, por todos os Conselheiros um exemplar do Organigrama das Unidades Administrativas e de Gestão.

A Conselheira Conceição Feiteiro pediu esclarecimentos sobre as tarefas específicas atribuídas às diferentes Divisões, Gabinetes e Núcleos de Apoio, solicitando que o debate do Regulamento transitasse para a próxima reunião, com base na informação que sobre o referido assunto fosse entretanto divulgada.

A Dr.<sup>a</sup> Heloísa Duarte Oliveira informou que, segundo proposta do Dr. Miguel Martins, os Núcleos da Divisão Académica não estavam autonomizados na versão anterior. Explicou ainda que o propósito era o de reorganizar a Divisão Académica, dando resposta à especialização por tarefas, pedindo que fossem apresentados contributos com propostas específicas de alteração.

A Conselheira Conceição Feiteiro propôs que os Serviços da Biblioteca sejam elevados à categoria de Divisão, que se autonomize o Gabinete de Apoio aos Órgãos e que o Gabinete de Apoio à Gestão e Comunicação seja integrado no Gabinete de Avaliação, Estatística e Planeamento, salientando, por fim, que o Mapa de Pessoal não-docente tem lugares vagos mas que a opção seguida tem privilegiado o preenchimento de quadros docentes.

A Conselheira Paula Vaz Freire sugeriu que se fixasse um prazo até 20 de Junho para a receção de contributos e propostas de alteração, a enviar para o endereço eletrónico do Diretor.

O Conselheiro José Vitorino perguntou se a FDL tinha condições para criar um Gabinete de



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

R. A. J. J. J.  
P. J. J.

Comunicação, uma vez que, na sua opinião, é essencial a Faculdade apostar na divulgação da sua imagem no exterior de forma a competir com outras Faculdades. O Diretor esclareceu que o objetivo é louvável mas que, de momento, não é viável.

#### 4) Tabela de Emolumentos

A Conselheira Paula Vaz Freire lamentou que a versão distribuída contivesse alguns lapsos, clarificando, em seguida, os valores corretos.

Os Conselheiros José Vitorino, Igor Amarii e André Pinto, pediram esclarecimentos sobre a razão das diferenças de emolumentos entre os pedidos de permuta e os pedidos de mudança de turma, por considerarem que não é justificável uma diferença de valores tão considerável.

A Dr.<sup>a</sup> Paula Carreira propôs que os emolumentos devidos pelos pedidos de permuta fossem iguais aos dos pedidos de mudança de turma.

O Conselheiro João Miranda considerou não haver fundamentos que justifiquem uma nova Tabela que altere a que foi aprovada em 2012, tendo sobretudo em consideração os baixos níveis de inflação que entretanto se verificaram. Expressou ainda a sua oposição à exigência de emolumentos pelas provas de melhoria de nota, considerando que se deve manter a Tabela em vigor, com duas exceções: pedidos de permuta e exames de melhoria de nota, em que se deve reintroduzir uma caução de 10,00 €, que será devolvida caso os alunos compareçam ao exame.

O Diretor da Faculdade observou que os alunos com carências económicas, registados no Gabinete de Responsabilidade Social, pudessem ser dispensados de emolumentos.

A Conselheira Paula Vaz Freire defendeu a harmonização de Tabelas entre as diferentes unidades orgânicas da Universidade de Lisboa, acrescentando ser impraticável, em termos de Contabilidade Pública, a introdução de uma caução para os exames de melhoria.

O Presidente da AAFDL, Senhor Pedro Gonçalves, insistiu na manutenção da Tabela anterior, atendendo ao presente contexto económico e social, acrescentando que a Faculdade de Direito de Coimbra observa a prática da caução. Observou ainda que na Faculdade de Direito, ao contrário de outras unidades orgânicas da Universidade de Lisboa, as classificações mais elevadas só podem ser obtidas mediante a prestação de



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

R. At. id  
JJP

provas orais de melhoria.

A Conselheira Paula Vaz Freire reiterou a inviabilidade da caução.

O Conselheiro André Pinto renovou o seu apoio ao teor da mensagem enviada pelos Conselheiros discentes, realçando também a imprescindibilidade dos exames de melhoria para se obter classificações mais elevadas, considerando que os elevados montantes dos emolumentos provocam a elitização dos exames de melhoria, limitando-os aos estudantes de superior capacidade económica.

A Conselheira Conceição Feiteiro considerou que a caução cria problemas administrativos e contabilísticos, não lhe parecendo, contudo, indispensável que se obtenha a harmonização de Tabelas com as outras unidades orgânicas da Universidade de Lisboa, manifestando ainda a sua concordância com a intervenção do Conselheiro João Miranda, por entender que não se deve cercear as hipóteses de acesso a exames de melhoria de nota aos alunos com inferiores capacidades económicas. Acrescentou ainda que as taxas de utilização do parque de estacionamento dos alunos deviam constar da Tabela.

A Dr.<sup>a</sup> Paula Carreira elucidou que esta Tabela apenas se aplica aos atos académicos.

Dados os problemas contabilísticos respeitantes à devolução da caução, a Conselheira Graça Silveira pediu esclarecimentos sobre se os pagamentos dos emolumentos pelos alunos são todos a fundo perdido, ao que o Diretor respondeu afirmativamente.

O Conselheiro André Pinto interveio de novo, para realçar que apenas devem pagar emolumentos os alunos que faltarem às provas.

O Conselheiro João Miranda propôs que fossem bloqueadas as inscrições dos estudantes que, tendo faltado às provas de melhoria que tenham referido, não paguem os emolumentos devidos. O conselheiro José Vitorino reiterou a posição do documento enviado pelos conselheiros discentes quanto ao não aumento de nenhuma taxa ou emolumento e mostrou-se favorável ao funcionamento do sistema de bloqueio de inscrição no atinente à oral de melhoria.

O Diretor propôs uma apreciação global, que tenha em consideração os obstáculos administrativos, a diferente situação económica dos alunos e o desvio da Faculdade em relação à harmonização de orientações no âmbito da Universidade de Lisboa, reiterando a recusa da caução pelas razões já invocadas.

A Conselheira Graça Silveira observou que não se pode pedir qualidade científica sem incentivos à investigação.

O Presidente da AAFDL, Senhor Pedro Gonçalves, lembrou que algumas Faculdades



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

R. Ataíde  
JDF

também não atualizaram as suas Tabelas, observando que o sistema de registo no Gabinete de Responsabilidade Social é insuficiente, pois nem todos os alunos com carências económicas se encontram registados, o que se deve, por vezes, a situações de constrangimento.

O Conselheiro André Pinto informou que, aquando de reuniões realizadas em representação da AAUL, com directores de outras Faculdades, lhe foi transmitido por alguns directores dessas instituições a expectativa de conhecer as decisões que viessem a ser tomadas pelas outras Faculdades antes de definirem as suas posições, podendo a Faculdade de Direito, caso rejeite a atualização da tabela de emolumentos, estabelecer uma tendência diferente dentro da Universidade de Lisboa.

A Conselheira Paula Vaz Freire salientou que não deve ser tomada qualquer decisão, antes de avaliado o impacto administrativo da medida de caução.

O Conselheiro Nuno Cunha Rodrigues observou que a medida da caução não terá provavelmente o impacto dissuasor que se pretende.

Terminadas as intervenções, seguiu-se a votação da proposta de não atualização da Tabela de Emolumentos, com exceção dos atos especificados no Anexo Parte A da Deliberação nº 87/2011 do Reitor da Universidade de Lisboa, publicada no Diário da República.

A proposta foi aprovada com sete votos favoráveis, dos Conselheiros João Miranda, Graça Silveira, André Pinto, José Vitorino, Igor Amarii, Conceição Feiteiro e Rui Ataíde e três votos contra, do Diretor da Faculdade e dos Conselheiros Nuno Cunha Rodrigues e Paula Vaz Freire. Não houve abstenções. No fim da votação, o Conselheiro João Miranda ausentou-se da reunião por causa de outro compromisso académico.

Em seguida, foi posta à votação a proposta de nas orais de melhoria apenas serem devidos emolumentos no montante de 15,00 € pelos alunos que não compareçam injustificadamente a essas provas.

A proposta foi aprovada com o voto favorável de todos os Conselheiros, menos o Diretor da Faculdade e a Conselheira Paula Vaz Freire, que se abstiveram.

Concluídas as votações, a Conselheira Conceição Feiteiro pediu a palavra para afirmar que conhece muitos alunos com dificuldades económicas e por isso se decidiu por votar a não atualização da Tabela de Emolumentos, observando ainda que o sistema de registo no



Gabinete de Responsabilidade Social vai enfrentar dificuldades.

## 5) Centro de Apoio ao Estudante

O Diretor informou o Conselho Académico que, até há pouco, existia na FDUL, sem qualquer formalização, uma estrutura chamada Centro de Apoio de Estudante, que compreendia o Gabinete de Psicologia e Orientação, o Gabinete de Saídas Profissionais e a Tutoria.

No entanto, o primeiro Gabinete, instalado graças a um Protocolo com o Instituto de Orientação Profissional, deixou de funcionar por entretanto este Instituto ter sido extinto pela UL; o referido Centro não integrava uma unidade fundamental de apoio ao Estudante, como é o Gabinete de Responsabilidade Social, continuando a faltar um Gabinete de Apoio de Aluno.

Deste modo, irá formalizar-se o dito Centro de Apoio ao Estudante, compreendendo o Gabinete de Saídas Profissionais, o Gabinete de Responsabilidade Social, a Tutoria e um Gabinete de Apoio ao Aluno. Há que ponderar se o Centro optará por esta solução quadripartida rígida, caso em que o Gabinete de Apoio ficará vocacionado especialmente para o apoio ao aluno do 1º ano, ou se não se justificará antes integrar a Tutoria no último Gabinete, cabendo-lhe, assim, o desenvolvimento de um conjunto maior de actividades.

Quanto às necessidades decorrentes da extinção pela UL do Gabinete de Psicologia e Orientação, a Direcção da Faculdade de Direito tentará supri-las mediante um acordo com a Faculdade de Psicologia, cuja negociação está a desenrolar-se entre os Directores das duas Escolas.

Terminada a exposição, os Conselheiros José Vitorino e André Pinto pediram alguns esclarecimentos, que foram prestados pelo Diretor.

A Conselheira Conceição Feiteiro apelou a que se envidassem todos os esforços no sentido de manter a Dr.<sup>a</sup> Sara Santos, dado o excelente trabalho que tem vindo a desenvolver.

A Conselheira Graça Silveira pediu esclarecimentos sobre a estrutura de recursos humanos do GRS, que foram prestados pela Conselheira Paula Vaz Freire.

## 6) Outros assuntos



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

A Conselheira Graça Silveira suscitou de novo o problema das tomadas elétricas na Biblioteca e na Sala de Estudo, tendo a Dr.ª Paula Carreira esclarecido que o problema da Biblioteca já se encontra resolvido. Quanto à Sala de Estudo, foi decidido rever a sua instalação elétrica, bem como o sistema de tomadas.

O Conselheiro José Vitorino enalteceu o horário alargado de funcionamento da Sala de Estudo.

A Conselheira Conceição Feiteiro pediu a palavra para lamentar não ter podido comparecer à Sessão de Homenagem ao Professor Doutor Sousa Franco, em virtude de se encontrar em período de férias, enaltecendo a atuação deste antigo Professor da Faculdade, que também presidiu ao seu Conselho Diretivo e que sempre valorizou o contributo dos funcionários.

O Diretor encerrou a sessão, aludindo aos Louvores que concedeu aos funcionários Walter Rodrigues e Carlos Ventura, que se reformaram recentemente, atendendo ao empenho e à qualidade do trabalho que desenvolveram durante várias décadas ao serviço da Faculdade de Direito de Lisboa, bem como à última aula do Professor Doutor Fausto de Quadros, que decorreu em ambiente de elevada dignidade académica.

A próxima reunião do Conselho Académico foi marcada para 25 de Junho às 10.00 horas.

**O Presidente do Conselho**

Professor Doutor Jorge Duarte Pinheiro

**O Secretário**

Professor Doutor Rui Ataíde